



## CULTURA E DIVERSIDADE CULTURAL NO TERRITÓRIO VIVIDO

## CULTURE AND CULTURAL DIVERSITY IN THE LIVED TERRITORY

Érika Santos Silva\*

Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN

 <https://orcid.org/0000-0003-3715-8015>

[erikasantos.arqdeco@gmail.com](mailto:erikasantos.arqdeco@gmail.com)

Dáfini Lisboa Cabreira\*\*

Faculdade Novoeste

 <https://orcid.org/0000-0001-6079-1682>

[dafini.lis@gmail.com](mailto:dafini.lis@gmail.com)

Maria Augusta de Castilho\*\*\*

Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

 <https://orcid.org/0000-0001-5235-3164>

[rf5296@ucdb.br](mailto:rf5296@ucdb.br)

---

\* Doutora em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades (conceito CAPES 5), pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestre em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades pela UCDB. Graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Docente na faculdade UNIGRAN, ministrando aulas em EAD, no curso de Design de Interiores.

\*\* Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Especialista em Escrita Criativa pela Faculdade Novoeste. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Revisora de textos da Editora UCDB, e docente da Pós-Graduação de Escrita Criativa da Novoeste.

\*\*\* Pós-doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Ciências Sociais – História do Brasil pela USP. Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local e no Curso de Graduação em História da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

**RESUMO:** Este estudo, de método indutivo, realizado por meio de pesquisas bibliográficas, apresenta uma reflexão sobre os conceitos culturais diversificados no território vivenciado, focando mulheres propagadoras do saber em sociedade. Selecionaram-se mulheres de Mato Grosso do Sul, Brasil, que dinamizaram as seguintes áreas: literatura, teatro, música, artesanato e educação. O objetivo é estimular o cidadão a ser um agente local e oferecer à comunidade oportunidades na aquisição de conhecimentos científicos e tácitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura; território vivido; mulheres; diversidade cultural.

**ABSTRACT:** This inductive method study, carried out through bibliographic research, reflects on the diversified cultural concepts in the lived territory, focusing on women propagators of knowledge in society. We selected women from Mato Grosso do Sul, Brazil, who promoted the following areas: literature, theater, music, crafts, and education. The objective is to encourage citizens to be local agents and offer the community opportunities to acquire scientific and tacit knowledge.

**KEYWORDS:** Culture; lived territory; women; cultural diversity.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre sobre aspectos culturais e diversidade no território vivido, contemplando algumas mulheres em Mato Grosso do Sul, Brasil, que, com suas experiências e construtoras de seus sistemas culturais, demonstraram que o conhecimento pode ser tácito, baseado em vivências do cotidiano, socializando-o com membros da comunidade: local, regional e nacional.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento local aflora para difundir tal conhecimento a todas as camadas da sociedade, sendo espontâneo, utilitário e significativo para a comunidade onde vive. Por outro lado, tem-se percebido que há pouca divulgação e até mesmo desconhecimento por parte da sociedade sul-mato-grossense desses trabalhos tão significativos, no âmbito cultural, desenvolvido pelas mulheres nos diversos campos do saber.

O estudo foi pautado no método indutivo, por meio de pesquisas bibliográficas com fontes diversificadas (livros, artigos científicos, *internet* e fontes primárias). A primeira parte do artigo destaca os marcos conceituais e seus autores, enfocando a cultura e seus territórios vividos nos diversos campos dos saber, principalmente a diversidade cultural. Na segunda parte, encontram-

se em destaque algumas mulheres que dinamizaram de forma evidente e esclarecedora: a literatura, o teatro, a música, o artesanato e a educação.

O instrumento desta pesquisa gira em torno de uma reflexão sobre os conceitos culturais diversificados no território vivenciado, via autores renomados, e sobre as mulheres que contribuíram para disseminar o saber em sociedade, de forma que esse conhecimento possa gerar novos saberes, interagindo via diálogos contínuos com a sociedade em geral.

## MARCOS CONCEITUAIS

Para um melhor entendimento do texto em tela, tornam-se necessárias algumas considerações sobre os diversos conceitos apresentados, bem como seus autores, que trabalham os diversos campos dos saberes culturais e territoriais.



CULTURA

[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

Conceituar o termo “cultura” não é uma tarefa simples atualmente, pois envolve muito mais do que se pode imaginar. Cultura evoca interesses multidisciplinares nos quais diversas áreas, senão todas, têm uma relação intrínseca com o ser humano e sua herança cultural. A palavra cultura nasceu da raiz semântica *colore*, que originou o termo em latim *cultura*; nele, temos significados diversos, como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (WILLIAMS, 2007, p. 117).

A palavra cultura também vem sendo utilizada em diferentes campos semânticos, em substituição a outros termos, como “mentalidade”, “espírito”, “tradição” e “ideologia” (CUCHE, 2002, p. 203). Atualmente, é comum ouvirmos falar em “cultura política”, “cultura empresarial”, “cultura agrícola”, “cultura de células”. Isso nos faz ponderar, quando nos referimos ao termo e sua finalidade, que ele esteja coerente com a ideia a qual se deseja transmitir.

Ao se analisar o pensamento iluminista francês, no qual cultura se caracteriza pelo estado do espírito cultivado e pela instrução, “A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (CUCHE, 2002, p. 21). Em comparação ao vocabulário francês da época, a palavra se associava às ideias de progresso, de evolução, de educação e de razão. Cultura e civilização andavam de mãos dadas, sendo que o termo “cultura” se referia aos progressos individuais do indivíduo, e “civilização”, aos progressos coletivos. Neste sentido, diferenciava-se o estado natural do homem, irracional ou selvagem, comparando-o ao sem cultura e ao com cultura, que era adquirida por meio de conhecimento intelectual.

Esta ideia transpassa a condição de que as comunidades primitivas podem evoluir culturalmente e alcançar o mesmo estágio de progresso das comunidades civilizadas. Esse pensamento deu origem a um dos sentidos mais utilizados em nossos dias, no qual se caracteriza como possuidores de cultura os indivíduos detentores do saber formal. Foi a partir do século XIX que surgiu a ideologia francesa relacionada ao termo cultura, e, por meio dela, houve uma ampliação do conhecimento de forma coletiva, relacionando-a ao significado de civilização ou mesmo o substituindo.

Na Alemanha, quando surgiram os primeiros usos do sentido figurado de *Kultur* no século XVIII, eles tinham como base o conceito do pensamento francês. Os príncipes da aristocracia alemã utilizavam a ideia de cultura comumente, na ideia de buscar semelhanças e até imitando as maneiras civilizadas da corte francesa (CUCHE, 2002, p. 25). A inversão de sentido aconteceu quando a burguesia denominada intelectual, mas que não compartilhava do poder com os nobres, passou a criticar a superficialidade dos hábitos cerimoniais dos príncipes alemães, relacionados com a civilização, contradizendo a ideia de cultura, que caracteriza, neste pensamento, o que é

autêntico, profundo e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual.

Segundo Cuche (2002), a civilização francesa passou a ser colocada em oposição à cultura, entendida como uma marca distintiva da originalidade e da superioridade do povo alemão. Esse fato adquiriu um importante papel nas discussões nacionalistas que, posteriormente, viriam a se relacionar na Primeira Guerra Mundial.

No decorrer da evolução no debate do significado de cultura entre os dois países, foram desenvolvidas duas concepções de cultura que subsidiaram a base dos estudos das Ciências Sociais. A definição francesa de cultura como característica do gênero humano teve origem no conceito universalista. Na concepção alemã, a cultura é “um conjunto de características artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 2002, p. 28), que deu origem ao conceito particular de cultura.

A concepção universal da cultura foi sintetizada pelo filósofo Edward Burnett Tylor (1832-1917), o qual, segundo Cuche (2002, p. 39), é considerado o fundador da antropologia britânica. Ele descreveu a primeira definição etnológica da palavra cultura, em 1871, a qual contrapõe o caráter de aprendizado cultural à ideia de transmissão biológica: “[cultura é] esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871, s. p., tradução livre)<sup>1</sup>.

Tylor sempre defendeu o princípio do evolucionismo, no qual acreditava fielmente numa escala evolutiva que media o progresso cultural, e que as sociedades primitivas deveriam percorrer para chegar ao nível das sociedades civilizadas. Franz Boas (2004) era contrário à concepção

<sup>1</sup> Do original, no Inglês: “[...] that complex whole which includes knowledge, belief, art, law, morals, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society”.

evolucionista defendida por Taylor e foi um dos pesquisadores que mais influenciaram o conceito contemporâneo de cultura na antropologia americana. Foi apontado como o inventor da etnografia, por ser o primeiro antropólogo a desenvolver suas pesquisas com observação direta nas sociedades primitivas. Franz Boas (2004), em seus estudos, compreendeu que a diferença fundamental entre os grupos humanos era de base cultural, e não racial ou determinada pelo ambiente físico. Assim, saiu em defesa do estudo dos costumes particulares de uma determinada comunidade, pois o pesquisador deveria buscar explicações no contexto cultural e na reconstrução da origem e da história daquela comunidade. Dessa forma, houve a constatação do reconhecimento da existência de culturas, no plural, e não de uma só cultura universal determinada.

## **POLÍTICAS CULTURAIS**

Desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), entende-se a cultura como um direito a ser preservado. Desse modo, a discussão sobre cultura é levada a nível supranacional, como pode ser observado por meio de organizações e documentos internacionais.

No ano de 2004, foi elaborado um documento chamado Agenda 21 da Cultura, visando ao comprometimento dos governos locais, no que diz respeito ao desenvolvimento cultural, e, assim, formular políticas públicas de cultura. O foco desse documento é a descentralização das políticas públicas e dos seus recursos. Nele, estão contidas as recomendações para que as nações destinem no mínimo um por cento de seu orçamento nacional para a cultura. Traz a necessidade de priorizar os setores considerados com grande vulnerabilidade social e econômica.

A realização de conferências e fóruns internacionais a respeito do tema, organizados pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e

a Cultura (UNESCO), foi necessária para discussão do tema. Diante disso, a Organização das Nações Unidas (ONU), no relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, incluiu o acesso à cultura como um importante indicador na avaliação da qualidade de vida das sociedades.

Em âmbito nacional, a Constituição de 1988 afirma: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, Art. 215). Trata-se de um direito fundamental da pessoa humana. Isso significa que todo cidadão brasileiro deve ter direito à cultura, a fim de que participe dela, possa manifestá-la e se beneficiar dela, assegurando condições para o desenvolvimento, como ressalta a “Política Nacional de Cultura” (BRASIL, 1975, p. 9.) a seguir:



Uma pequena elite intelectual política e econômica pode conduzir, durante algum tempo, o processo do desenvolvimento. Mas será impossível a permanência prolongada de tal situação. É preciso que todos se beneficiem dos resultados alcançados. E para esse feito é necessário que todos, igualmente, participem da cultura nacional.

Formulando a seguinte definição de cultura, a UNESCO (2001) caracteriza uma sociedade ou grupo social por meio de seus distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais, relacionando-os aos modos de vida, às artes, letras, aos valores, às tradições e aos direitos fundamentais para a existência do ser humano (UNESCO, 2001). É por meio da cultura que as políticas culturais estruturam bases de propostas e formulações que são desenvolvidas pela administração pública e organizações não governamentais e empresas privadas, com o objetivo principal de promover intervenções na sociedade. Essas intervenções têm o intuito de proteger e propagar o conhecimento cultural entre os povos. O conceito de políticas públicas ainda não alcançou uma delimitação consensual entre os teóricos que o abordam,

pois, sua complexidade descende de outros conceitos densos, como cultura e política.

Canclini (2001) relaciona as políticas culturais a um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários que se organizam com o intuito de orientar o desenvolvimento simbólico, de forma a satisfazer as necessidades culturais da população obtendo consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Na busca por uma compreensão melhor sobre o conceito de políticas culturais, os estudiosos focam principalmente o campo de atuação das políticas e os agentes envolvidos em sua formulação e prática. Botelho (2001) relaciona duas vertentes de dimensões da cultura que deveriam ser consideradas os alvos principais das políticas culturais. A primeira é a dimensão sociológica, distintamente privilegiada pela política, que se refere ao mercado e à cultura, na intenção de construir um determinado sentido e de alcançar um tipo específico de público pelos meios de expressão. A segunda remete à cultura produzida no cotidiano, que, representada pelos pequenos mundos construídos pelos indivíduos, estrutura equilíbrio e estabilidade no convívio social.

O reconhecimento do caráter público de uma política cultural se instala como mais um dilema na definição deste termo. Para além das definições institucionais do Estado, as políticas culturais devem ser realizadas por inúmeros setores públicos, privados e agentes sociais de desenvolvimento local atuando em conjunto. Este é um desafio que busca o alinhamento exigido pelas novas demandas sociais emergidas das constantes transformações culturais observadas na contemporaneidade. Conforme apontado por Rubim (2006), a transversalidade do campo cultural perpassa pelas áreas da vida social, assim como da economia, da comunicação, do direito, do comportamento, da diversidade e das políticas transacionais que exigem das políticas culturais uma articulação capaz de romper as fronteiras da dimensão sociológica da cultura. Pensando nas particularidades socioculturais do Brasil, com foco na

desigualdade, observam-se muitos desafios para os agentes que trabalham no campo cultural. A necessidade de políticas públicas funcionais que proporcionem um maior acesso aos bens culturais com aceitação e convivência das diferenças é fundamental. O incentivo financeiro ajuda a desenvolver projetos que sustentem as ações sociais e culturais; entre eles, a UNESCO (2004) recomenda que pelo menos um por cento da riqueza do país seja destinada à proteção do setor cultural. No Brasil, o setor cultural passou por desmantelamentos em governos recentes. Na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, uma das ações para esta área foi extinguir o Ministério da Cultura (MinC), reduzindo-o, à época, “[...] a uma mera secretaria, subordinada ao Ministério do Turismo e despojada das conquistas históricas no plano institucional, a partir de ampla participação social, durante os governos populares” (MAMBERTI, 2021, p. 15). Já em 2023, no governo Lula, a área tem recebido mais atenção, com a volta do MinC e a retomada de ações em prol da cultura (BRASIL, 2023, s.p.). Mamberti (2021, p. 16) ressalta que

[...] o subaproveitamento do universo da cultura acaba por sufocar seu intrínseco e respeitável potencial, colocando-o em patamares impróprios, o que não pode ser considerado como aspecto isolado ou menos prioritário no âmbito dos debates envolvendo políticas culturais.

Assim, enquanto a cultura for tratada apenas como uma mera obrigação das políticas públicas, a depender dos representantes do povo, será difícil compor uma estrutura sociocultural decente.

## DIVERSIDADE CULTURAL

O significado da palavra “Diversidade”, segundo o Houaiss (2001, p. 1064), é a “qualidade daquilo que é diverso, diferente, variado”, isto é, tem multiplicidade. A diversidade social e cultural é um conceito que serve para

mostrar que as pessoas são diferentes em vários sentidos, como em termos de gênero, orientação sexual, classe social, raça e etnia, religião, entre outros que são vistos como diferencial de um grupo.

A Diversidade Cultural foi bastante completa ao ser definida por François de Bernard (2005), que a distribuiu em cinco palavras. “Diverso”, e não simplesmente múltiplo, diferente, plural ou variado. “Cultural”, para não se confundir com a biodiversidade, que trata da dimensão da natureza. “Dinâmica”, uma vez que as culturas não podem ser consideradas estáticas, rígidas ou contábeis. “Resposta”, já que ela deve ser questão e, principalmente, resposta: política, social, educativa, econômica. “Projeto”, inicialmente, um projeto teórico, para defini-la, e, em seguida, um projeto jurídico, para garanti-la.

Afirmar que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem. Entretanto, significa também constatar as desigualdades no acesso a bens econômicos e culturais por parte dos diferentes grupos, em que determinantes de classe social, raça, gênero e diversidade cultural atuam de forma marcante. A observação da diferença dos mitos, dos contos, das moedas, do comércio, das artes, das técnicas, dos instrumentos, das línguas, das ciências, das religiões, das populações, dos ideais, existentes no cenário mundial, é que faz o mundo ser considerado diverso.

Com o advento da globalização, o termo “diverso” pode ser experimentado mediante as trocas culturais, que são facilitadas pelas redes de comunicação, pelo acesso à tecnologia avançada e no deslocamento por transportes rápidos. Esta percepção é intensa no cenário geopolítico atual e cada Estado tem interesse em explorar e valorizar a sua cultura diante do outro. Isto faz com que existam disputas de poder, trazendo prejuízos, muitas vezes, em níveis globais. Neste sentido, após as duas guerras mundiais, os Estados resolveram criar um cenário supranacional e submeteram-se, por meio de

tratados internacionais, às organizações internacionais, para tentar regulamentar este cenário. Entre elas, nós temos a UNESCO, criada em 1946, que tem como função dirimir as dificuldades e fundamentar uma filosofia de ação comum aos temas discutidos. A diversidade cultural trazida pela UNESCO busca garantir a autonomia cultural dos Estados Soberanos e é o principal mecanismo para manter a distinção das culturas nacionais diante do que é concebido como tendência à homogeneização cultural da globalização. Assim, a UNESCO desenvolveu a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas, que define, em seu artigo 4º, parágrafo II, que Diversidade Cultural é a “multiplicidade de meios pelos quais se expressam a cultura dos grupos sociais e sociedades” (UNESCO, 2004, s. p.). Acrescenta que “a diversidade cultural não só se manifesta pelas diversas formas que se protege, enriquece e transmite o patrimônio cultural da humanidade” (UNESCO, 2004, s. p.), determinando que “a variedade de expressões culturais de que são portadores os bens e serviços de todas as partes do mundo, através dos distintos meios de produção, difusão, distribuição e consumo”, também faz parte da diversidade (UNESCO, 2004, s. p.).

Segundo Cardoso e Muzzeti (2007), a preocupação com a diversidade cultural se iniciou diante da percepção de que os produtos culturais não podiam ser industrializados e vistos como um produto disponível para transações comerciais de mercados, mas que poderiam ser observados nas expressões de identidade dos povos, mediante estudos antropológicos e culturalistas.

Já Canclini (2003) busca entender como articular as batalhas pela diferença com as que se dão pela desigualdade em um mundo onde estamos todos interconectados. Ao nos globalizarmos, deparamo-nos com a necessidade dos intercâmbios econômicos, as migrações, os meios de informação e entretenimento, e isso requer uma concepção de reconhecimento da diversidade cultural junto às desigualdades, e as interconexões entre sociedades com formas

distintas de reconhecimento. As diferenças socioculturais entre países e regiões, convertidas em assimetrias e desigualdades, exigem considerar a tensão entre a universalidade do conhecimento e as condições particulares de produção e enunciação dos saberes (CANCLINI, 2003). O poder econômico cultural é ligado pelas interações tecnológicas de comunicação e sua diversidade cultural, pois elas detêm o poder de atrativo.

O desenvolvimento democrático de uma sociedade do conhecimento requer políticas públicas internacionais que garantam a participação do número mais amplo possível de línguas e culturas, assim como condições discursivas e contextuais que favoreçam a reprodução e o aprofundamento de distintas tradições de conhecimento. (CANCLINI, 2003, p. 187).

O conceito de Diversidade Cultural se distingue, no contexto atual, por meio de duas linhas inseparáveis que são foco de discussões globais, pois estão refletidas nos documentos internacionais. A primeira refere-se ao contexto da diversidade dentro de uma sociedade específica, em que seus indivíduos têm características culturais heterogêneas que, em conjunto, constroem uma identidade nacional, cuja preocupação é a manutenção dos seus direitos, da democracia cultural, da busca da igualdade das minorias. A segunda está inserida no contexto mundial das trocas dos bens e serviços culturais e busca um intercâmbio equilibrado entre os países. Ambas precisam ser garantidas, pois sem a manutenção da identidade cultural de um povo, feita principalmente por meio de suas políticas públicas, suas expressões culturais, como dança, teatro, modos de viver e fazer, que, se não existissem, empobreceriam o diverso mundo das trocas, das experiências, dos locais e dos indivíduos. Deste modo, a importância de uma convenção que defina o seu conceito e o regulamento é de grande relevância para a sua preservação e perpetuação.

## TERRITÓRIO

O termo território vem do latim "*territorium*", que faz referência a uma terra delimitada. Definida por um espaço físico, é delimitada por fronteiras, área controlada por um poder administrativo ou político. Por ser um conceito polissêmico que se transformou ao longo do tempo, sua elaboração, conforme a abordagem empregada, ficou um pouco mais complexa e vista com novas roupagens.

À medida que estudos sociais foram sendo desenvolvidos, a definição inicial dos dicionários em que o território definia uma área administrada pelo Estado que exerce sua soberania foi se tornando insuficiente. Inicialmente discutido apenas por geógrafos, o termo território acabou se disseminando por meio de outras áreas, que buscavam uma análise mais profunda sobre modos culturais e sociais de uma região.

Desde o período pré-histórico, entendem-se os seres vivos como territorialistas, pois sempre necessitaram se apropriar de espaços e ambientes nos quais pudessem viver e reproduzir. Assim, o território é base material para a existência humana, de forma que sua apropriação independente da finalidade de uso se torna uma condição necessária para que a vida seja possível.

A globalização trouxe algumas complexidades às definições de território, e Haesbaert (2002) dividiu-as em três elementos: uma multiterritorialidade, denominando os territórios de "territórios-zona", nos quais a ordem política prevalecia; "territórios-rede", de ordem econômica; e os "aglomerados de exclusão", em que ocorria a lógica da exclusão social do indivíduo. Ele destaca que, da mesma maneira que esses três elementos são excludentes, são integrados num conjunto de relações socioespaciais para compor uma territorialidade que só pode ser apreendida por meio da justaposição desses.

Em relação ao território político e cultural, Souza (2001) identifica, nas grandes metrópoles, que grupos sociais estabelecem relações de poder formando territórios distintos, por meio de conflitos desencadeados por suas diferenças culturais. Salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao estado e não se confunde com violência e dominação. Ao trabalhar o conceito de território relacionando-o ao desenvolvimento, tem como base a autonomia. É diante de uma sociedade autônoma que o território pode ser gerido livremente, isso não infere que ela não tenha poder, porém é incompatível com a existência de um poder centralizado pelo “Estado”.

Santos (1993) é um importante contribuinte nos estudos sobre território, pois perpassa diversos momentos ao chegar à sua construção do conceito. Sua busca parte da compreensão do território, uma vez que é na base territorial que as configurações e reconfigurações acontecem continuamente pelo indivíduo, modificando o espaço territorial.

Santos (1993) reconhece que o território não é apenas fundamento do espaço-nação, mas se designa como território usado no conjunto de objeto e ações, num sinônimo de espaço humano e habitado. O território apresenta limites fixos, cuja extensão é variável historicamente, e suas formas são definidas pelo uso do poder, em que as classes sociais envolvidas no âmbito do modo de produção dominante em escala mundial influenciam nos modos de produção, em nível nacional e local.

A formação do território é algo externo ao território. Para Santos (1985), a periodização da história é que define como ele vai ser organizado e como ele desenvolverá sua configuração econômica, política e social.

## TERRITÓRIO VIVIDO

Diante a compreensão do conceito de território, podemos entender o modo de vida em que se estabelece a cultura dentro do território vivido. A organização das pessoas, os grupos e subgrupos que se formam e a forma como eles se relacionam estabelecem comportamentos culturais distintos do local. Raffestin (1993) foi um dos autores pioneiros na conceitualização do termo território. Sua compreensão é de que o termo “espaço” antecede o termo “território”. O autor entende que, para sua determinação, a apropriação de um espaço, concreta ou abstratamente, ao ser utilizado por um ator, torna-o territorializado.

A rigidez no estudo inicial sobre o território, foi comentada de forma a ser compreendida como uma outra forma de categoria segundo alguns estudiosos. Nesse sentido de transição foi observado uma pluralidade de fenômenos socioespaciais, na qual a origem está contida na territorialização. A predominância da dimensão “vivida” na compreensão do território se deu a partir da territorialidade. E a concepção de territorialidade tem como referência as características e movimentos daqueles que vivem no território.

Para Haesbaert (2004), ao analisar o território em diferentes enfoques, é possível classificá-lo em três vertentes estruturais. A primeira é jurídica-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual exerce um poder estatal. A segunda mede o território culturalista, o qual prioriza suas dimensões simbólicas e as usa como produto da apropriação por meio do imaginário, elevando sua identidade social sobre o espaço. A terceira tem como base a economia, destacando a desterritorialização em uma perspectiva material e fomentando um embate entre classes sociais.

O que funda o conceito desses territórios é a interação diária entre as pessoas e como se estabelece suas relações com o espaço onde convivem, deste ponto então deriva a relevância da subjetividade, da intersubjetividade, do

conhecimento intuitivo e experimental dos indivíduos que passam a ser o meio de compreensão destes territórios. Diante então desta pluralidade de termos cabe denominar este fenômeno como território vivido, pois é a vivência que matricia esses territórios. Raffestin (1993), analisa as relações na construção do território como marcadas pelo poder, sejam elas exercidas por pessoas, sejam elas exercidas por grupos. Conjuntamente, são essas relações que consolidam o conceito de território e território vivido.

### MULHERES EM MATO GROSSO DO SUL: EXPERIÊNCIAS E REALIZAÇÕES COMO OPERADORAS DE SEUS SISTEMAS CULTURAIS

As mulheres abarcam complexidade e diversidade em suas experiências e realizações de vida, agindo como operadoras de seus sistemas culturais. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN, 2017, s/p):



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

As mulheres também desempenham papel fundamental para a existência e continuidade de outras manifestações culturais brasileiras, como o sistema agrícola tradicional do Rio Negro, o tambor de crioula, o jongo, o samba de roda e a capoeira. Em incontáveis vezes, seu trabalho é ainda a peça chave [sic] na arquitetura, no planejamento das cidades, nos achados arqueológicos, nas expressões artísticas e em tantas outras expressões da identidade nacional, nas quais a ação, o canto, o ritmo, os gestos e a intelectualidade feminina produzem as formas e dão o tom do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Mori (2012, p. 27), ao tratar de reculturalização e etnização, por exemplo, exemplifica isso ao apresentar a história de duas descendentes de okinawanos, residentes no Brasil, que se tornaram xamãs okinawanas (yuta), aprenderam “[...] o idioma de possessão que sua cultura oferece, seus símbolos e suas técnicas, criando uma forma cultural e um ambiente de vida subjetivo e individual”. Por meio desse processo de reculturalização, unindo umbanda e

xamanismo okinawano, construíram novas identidades, em que se tornam “xamãs okinawanas do Brasil”.

Ainda assim, por muito tempo, a presença da mulher foi renegada ou esquecida, mesmo sendo elas partícipes ativas no desenvolvimento do território vivido. Desta forma, cada vez mais, estudos têm buscado a reparação do devido protagonismo de figuras femininas na história da sociedade (SOIHET; SOARES; COSTA, 2001). E, no Brasil, essas pesquisas têm se voltado para todas as regiões do país, num trabalho de reposicionamento dessas mulheres, em âmbito nacional.

Ressalta-se que o uso da categoria “mulher”, nos estudos feministas, tem sido empregado de forma ressignificada, sob um aspecto político, uma visão positiva “[...] capaz de aglutinar os mais diversos grupos no campo político, respeitando-lhes as diferenças” (ZIRBEL, 2007, p. 186). As propostas sobre “mulheres”, conforme Linda Nicholson (2000, p. 38), “[...] são atos políticos que refletem os contextos dos quais nós emergimos e os futuros que gostaríamos de ver”.

E, no que diz respeito ao foco desta seção, conforme Rodrigues (2017, p. 74), “nem sempre foi fácil para os historiadores desvelar a presença das mulheres nos espaços públicos e privados, em Mato Grosso, no século XIX. Os poucos rastros encontram-se, às vezes, invisíveis”. Daí a importância de uma pesquisa focada na diversidade no território sul-mato-grossense e do então Mato Grosso uno, voltando-se o olhar para essa pluralidade, em um resgate das trajetórias de mulheres como constituidoras, também, da história deste respectivo território.

Conforme Del Priore (2004, p. 7-8):

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que

sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.

[...] A história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão.

Sendo assim, procuramos, nesta seção do artigo, trazer um breve compilado da atuação de mulheres em Mato Grosso do Sul. Para cada área, selecionamos mais de um nome, a fim de demonstrar a pluralidade e o talento das mulheres no campo da literatura, do teatro, da música, do artesanato e da educação, para que esses nomes, tão entrelaçados à própria história do Estado, possam receber o seu devido protagonismo.

## LITERATURA

Implantado em 1979, o Estado de Mato Grosso do Sul ainda se firma em sua representação e identidade, mesmo com aspectos representativos já muito marcantes em sua multiplicidade cultural. No que diz respeito à sua literatura, esta se encontra em pleno desabrochar. E, entre os muitos nomes contribuidores para a formação da identidade literária sul-mato-grossense, podemos citar, entre as mulheres, nomes como Raquel Naveira e Delasnieve Daspét, que contribuíram significativamente com suas obras e atuação.

Campo-grandense, nascida em 1957, Raquel Naveira é um dos principais nomes da literatura sul-mato-grossense. Com formação em Letras, pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), foi professora por 19 anos no Departamento de Letras da universidade.

Escreveu crônicas, ensaios e poemas, durante 30 anos, para o jornal Correio do Estado. Começou a escrever desde muito cedo e sempre teve fascínio pela literatura: “A literatura é minha forma de ser e estar no mundo, meu canal de expressão, meu *habitat* natural” (NAVEIRA, 2011, p. 212).

Com mais de 20 livros publicados, é membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), cadeira n. 8, tendo recebido reconhecimento, por sua força poética, de escritores e críticos como Fábio Lucas, Lygia Fagundes Telles, Nelly Novaes Coelho, Antônio Houaiss, Lêdo Ivo e outros.

Já Delasnieve Daspét é ativista de causas sociais e ambientais, considera-se uma biopoeta, sendo também conhecida como “a poeta do Pantanal”, e usa de sua poesia em prol da natureza e das causas sociais. A escritora nasceu em Porto Murtinho, em 1950. Começou a escrever ainda na infância, incentivada pelo pai (SARTI; IBRAHIM; SOUZA, 2014).

É advogada, fundadora da Academia Feminina de Letras de Mato Grosso do Sul (AFLMS), participa ativamente de diversas comissões em prol da cultura, da literatura e dos direitos sociais. Em 2011, foi incluída como verbete na 2ª edição do “Dicionário de Mulheres”, elaborado pela historiadora Hilda Flores.

A escritora recebeu o título de “Mulher Cidadã” e “Diploma e Medalha Mérito Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul”, pela Assembleia Legislativa de MS; título UNESCO *Prizes World Poetry*; *Orden del Banderín de la Paz* – Sidney, Austrália; e muitos outros (SARTI; IBRAHIM; SOUZA, 2014).

## TEATRO

O teatro é uma importante ferramenta de transformação social, contribuindo para a formação cidadã e integrando comunidades. Os nomes e as trajetórias apresentados nesta seção são exemplos de como o teatro pode transformar vidas e proporcionam um olhar sensível à arte de Mato Grosso do Sul.

Importante nome para o teatro sul-mato-grossense, Blanche Torres nasceu em São Paulo, em 1965, mas, ainda criança, foi morar em Dourados, MS.

Quando tinha 15 anos, ganhou uma bolsa de estudos no Balé Stagium, em São Paulo, e lá permaneceu até os 23 anos (BITENCOURT, 2010).

Diretora, coreógrafa, professora de balé clássico, dança contemporânea e teatro, teve aula com diversos mestres da dança e atuou em grandes espetáculos, como “Cabaré”, musical com direção de Jorge Takla, em que atuou com Beth Goulart, Cláudio Matarazzo e Diogo Vilela (BITENCOURT, 2010).

Foi a primeira pessoa a comprar os direitos do escritor Paulo Coelho e adaptou “Brida” para o teatro, em 1992, encenando no Rio de Janeiro (BITENCOURT, 2010). Atualmente, é proprietária do Studio Blanche Torres, em Dourados, MS, em que atua como diretora e professora de balé clássico, dança contemporânea e yoga. Além disso, é coreógrafa e diretora da Cia Blanche Torres (CIA BLANCHE TORRES, 2020).

Já Lais Dória, nascida em Ponta Porã, MS, foi ainda pequena para o Rio de Janeiro e lá estreou profissionalmente em 1974, na peça “Zé vagão da roda fina e sua mãe Leopoldina, dirigida por Sylvia Orthof. Foi produtora no seriado “Malu Mulher”, da TV Globo, e no programa “Porque sim porque não”, da TV Educativa. Isso abriu portas para que desenvolvesse vários programas na TV Campo Grande (MEDEIROS, 2010).

Graduada em Pedagogia e mestre em Artes, após um tempo afastada dos palcos, fundou, em 1996, a Casa de Ensaio, em Campo Grande, MS, espaço em que desenvolve uma metodologia própria, denominada de Pedagogia das Artes. Ela trabalha com crianças e adolescentes, focada na transformação social por meio do teatro. Criou o curso “Brincaturas & Teatrizes” e atua na Casa de Ensaio como diretora teatral e encenadora (DORIA, 2022).

## MÚSICA

Quando se fala nos pioneiros da música de Mato Grosso do Sul, são pessoas vindas do campo, que cresceram em fazendas e na faixa de fronteira,

refletindo essas raízes em suas obras (TEIXEIRA, 2009, p. 11). Na seção sobre música, foram selecionadas as artistas Beth e Betinha e Helena Meirelles.

As irmãs Beth e Betinha, nascidas em Rio Brillhante, MS, iniciaram-se na música ainda crianças. A primeira apresentação foi no Paraguai, em Pedro Juan, em 1956. A dupla cantava em castelhano e guarani, tocando em rádio e no Clube Amambay. Após vencerem um concurso da rádio, ganharam o apelido de Princesinhas da Fronteira (TEIXEIRA, 2009).

Elas viviam da música, fazendo shows em Amambai, Ponta Porã, Dourados e outras cidades de Mato Grosso do Sul, incluindo Campo Grande. Fizeram excursões e foram mulheres pioneiras na música, sendo a primeira dupla musical feminina de Mato Grosso do Sul. Gravaram oito LPs e conseguiram sustentar a casa e os filhos por meio da música, mesmo em meio a dificuldades, como a falta de espaço nos anos 1970, dominados por músicas de discoteca (TEIXEIRA, 2009). Um documentário intitulado “Beth e Betinha – As princesinhas da fronteira”, foi lançado contando causos engraçados, a trajetória e as dificuldade enfrentadas pela dupla (MS NOTÍCIAS, 2021).

No caso de Helena Meirelles, o reconhecimento e a fama da Dama da Viola, como ficou conhecida, vieram após os 70 anos de idade. A compositora, cantora e instrumentista Helena Meirelles nasceu na fazenda Jaraca, perto de Campo Grande. Saiu de casa na adolescência, casou-se três vezes e teve onze filhos. Tocou em bares, bordéis, chegou a trabalhar como lavadeira na beira do Rio Aquidauana, parteira e até benzedeira (ROSA; DUNCAN, 2009). Seu sobrinho gravou fitas com ela tocando e enviou para a revista *Guitar Player*, nos Estados Unidos. Isso fez com que ganhasse o prêmio *Spot Light*, na categoria *Revelação do Ano*, sendo ela a única mulher entre os cem melhores violeiros do mundo, nas violas de 6, 8, 10 e 12 cordas, ao lado de nomes como Eric Clapton, Keith Richards e Jimi Hendrix (ROSA; DUNCAN, 2009).

Helena Meirelles recebeu diversas homenagens, como seu nome na Concha Acústica do Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS, pelo

Governo de Mato Grosso do Sul; e o samba-enredo “O encontro da viola caipira e o cavaquinho – Almir Sater e Helena Meirelles, da Escola Catedráticos do Samba. Foram feitos vários filmes sobre sua vida, com destaque internacional, e ela gravou quatro discos solo. Ela também recebeu do governo do Estado uma casa em Campo Grande, onde viveu até sua morte, em 2005, aos 81 anos de idade (ROSA; DUNCAN, 2009).

## ARTESANATO

O artesanato sul-mato-grossense tem forte ligação com o meio ambiente e o homem, acompanhando o turismo na movimentação da economia. Conforme a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR, s. d.), distribui-se em cinco grandes áreas de produção no Estado – Campo Grande; Pantanal; Serra da Bodoquena (Bonito); Rota Norte; e Costa Leste –, contemplando peças feitas em cerâmica, argila e as mais variadas matérias-primas, tais como pedras, ossos, chifre de gado, palha, couro e madeira, por exemplo. Os objetos e utensílios de cerâmica indígena, principalmente das etnias Kadiwéu e Terena, são um destaque à parte (FUNDTUR, s. d.).

Atividade de presença marcante quando se fala da identidade deste território, o artesanato contempla, também, em sua dimensão humana, memórias e trajetórias que se confundem com a própria história e desenvolvimento do Estado. Há grandes nomes de relevância nesta área, porém, em razão da necessidade de delimitação deste estudo, selecionamos Conceição dos Bugres e Catarina Ramos da Silva para abordar, a seguir, a presença feminina no artesanato de Mato Grosso do Sul.

Conceição Freitas da Silva (1914-1984) mal sabia que seus “bugrinhos” se tornariam um dos principais artefatos da iconografia de Mato Grosso do Sul. Migrante do Rio Grande do Sul para o então Mato Grosso uno, a própria escultora explicou no livro “Artes Plásticas no Centro-Oeste”, de Aline

Figueiredo (1979), a origem deles. Conceição estava embaixo de uma árvore e havia uma cepa de mandioca por perto, que, conforme ela, tinha cara de gente. Ela então esculpiu uma pessoa. A mandioca foi secando e ficando com aspecto de velha, enrugada, e isso agradou a artista, que depois passou a realizar o trabalho na madeira (Imagem 1).

**Imagem 1.** Bugres esculpidos por Conceição



Fonte: C&E América Latina. Foto de Eduardo Ortega. Disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/events/conceicao-dos-bugres-tudo-e-da-natureza-do-mundo/> Acesso em: 29 maio 2022.

O filho de Conceição, Ilton Silva, fez sucesso antes da mãe, tornando-se um dos primeiros destaques das artes plásticas do sul de Mato Grosso (TEIXEIRA, 2011). Autodidata como a mãe, ele começou a se interessar por pintura aos 14 anos e, na época em que ganhou sua primeira exposição individual, Conceição estava começando a produzir seus bugrinhos.

O trabalho de Conceição foi divulgado pelo artista plástico Humberto Espíndola e pela escritora e crítica de arte Aline Figueiredo. Logo Conceição passou a produzir centenas de bugres, garantindo uma grande demanda durante as décadas de 1970 e 1980 (TEIXEIRA, 2011). Apesar de suas peças terem sido muito elogiadas e se tornado populares com a artista ainda em vida, com reconhecimento da crítica especializada do país e internacional (TEIXEIRA,

2011), a consagração e o posicionamento da artista na história da escultura brasileira estão ainda se firmando, bem depois de sua morte.

Mais recentemente, entre 2021 e 2022, o Museu de Arte de São Paulo realizou a exposição de 119 peças de Conceição, como forma de ressaltar sua contribuição para arte brasileira e combater o apagamento da artista na história oficial da arte do país (CRUZ, 2021).

Já a artesã Catarina Guató, como é popularmente conhecida, aprendeu a fazer artesanato de aguapé – vegetação aquática típica do Pantanal – em Corumbá, com a ex-sogra, em uma época difícil de sua vida. Sem emprego e com sete filhos, Catarina sofria agressões do então marido e, com o aprendizado da técnica com fibra de aguapé, encontrou forças para uma mudança em sua vida e conseguir criar sua família (LIBNI, 2022).

O artesanato em questão demanda trabalho, exigindo-se, primeiramente, com a canoa, a retirada do aguapé em rios e colocar a fibra por cinco dias no sol, para secar e não haver proliferação de fungos. Depois, cortam-se a raiz e a ponta (retirando as folhas), para, então, trançar. Conforme a artesã, um tapete leva mais de um mês para ficar pronto, por exemplo, e a costura é toda feita à mão (PELEGRINI, 2011).

Os produtos são dos mais variados: chapéus, bolsas, cestas, tapetes, *suplats*. Catarina vê o artesanato com fibra de aguapé como uma forma de reconhecimento, tradição e resistência do seu povo, os indígenas Guató. Produzidos manualmente (Imagem 2), com matéria-prima sustentável e de forma única, os artesanatos com fibra de aguapé são uma referência no mercado turístico sul-mato-grossense.

**Imagem 2.** Produção manual com fibra de aguapé

Fonte: O Eco. Foto de Fabio Pellegrini, 2012. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/25916-artesa-da-etnia-guato-e-remanescente-de-pratica-sustentavel-secular/> Acesso em: 29 maio 2022.

Atualmente, além da própria produção, Catarina também ensina outras pessoas, priorizando os Guatós, como forma de passar a cultura adiante, com respeito à tradição, e oferecer possibilidade de autonomia a essas pessoas. Ela vê o artesanato como uma forma de as mulheres serem independentes e terem uma fonte de renda (LIBNI, 2022).

## EDUCAÇÃO

Formadoras de mentalidades, modificadoras de comportamentos, partes da história de Mato Grosso do Sul. As educadoras a seguir têm comprovada atuação no desenvolvimento do Estado, ao lecionarem para estudantes deste território, participando de suas vidas escolares e abrindo caminhos de conhecimento. Para esta seção, foram escolhidas as educadoras Oliva Enciso e Maria Constança de Barros Machado. Em comum, elas compartilham o fato de terem dedicado suas vidas ao ensino e terem deixado nele suas raízes.

A educadora e representante política Oliva Enciso nasceu em uma fazenda na região de Corumbá, em 1909. Sua trajetória traz inúmeras

conquistas à região e é um importante marco da inserção feminina no papel de tomadora de decisão e agente do desenvolvimento. Ela foi funcionária pública e passou a atuar mais enfaticamente na educação em 1939, como chefe da divisão de estatística da prefeitura de Campo Grande (BRITZ; ASSIS, 2020).

Sua mobilização no campo educacional, com a criação de instituições educacionais e incentivadora do acesso de mulheres e dos menos favorecidos à educação, tem impacto significativo no campo social e histórico do antigo Mato Grosso. Oliva Enciso foi também mulher pioneira na política, sendo a primeira mulher eleita como vereadora (1955) e deputada estadual (1959) de Mato Grosso Uno (BRITZ; ASSIS, 2020).

Envolvida no campo político, como secretária da prefeitura, esteve à frente da criação de instituições educacionais e de caráter filantrópico, como: a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, em 1940; a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso, 4 com o Ginásio Barão do Rio Branco, em 1949; e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande (APAE), no ano de 1963.

No contexto de urbanização de Campo Grande, organizou instituições de ensino profissionalizantes não estatais, tais como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e o Serviço Social da Indústria (SESI), ambas fundadas no ano de 1948. Foi precursora na implantação de cursos superiores, com a colaboração para a instalação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande (1933), da Faculdade Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras (1962), e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso (1962), sendo essa última a atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). (BRITZ; ASSIS, 2020, p. 251).

Oliva Enciso teve uma trajetória profissional intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de Mato Grosso uno. Não é possível falar da educação neste território sem citá-la. Suas contribuições foram marcantes não só como um ícone feminino, mas para o desenvolvimento do território como um todo.

Já a educadora cuiabana Maria Constança de Barros veio lecionar em Campo Grande numa época de grande rivalidade entre as duas cidades. Foi professora por mais de 30 anos, dirigiu escolas e consagrou-se como nome importante na cultura e no Estado de Mato Grosso do Sul. Atuou contra castigos físicos na escola e foi peça importante para a criação do Ginásio Estadual Campo-Grandense.

Maria da Glória Sá Rosa, em sua obra “Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul” (1990), faz um resgate histórico em busca da preservação da memória de professores e professoras de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de divulgar essas trajetórias para as gerações futuras e ajudar na construção de um futuro melhor, conforme a autora. No livro, é possível conhecer um pouco da história de vida e do percurso profissional de Maria Constança, bem como sua grande devoção ao ensino. A professora amava lecionar, profundamente, mesmo com a pouca valorização e retorno financeiro, como ela mesma enfatiza na obra de Glorinha (ROSA, 1990). Apesar da fama de rigorosa e enérgica, Maria Constança acreditava no diálogo e incentivava os outros professores a reverem seus métodos. “Converse com seus alunos, vá para o pátio, para o recreio, brincar com eles, conquiste-os pela amizade. Mais tarde, eles vão ser seus amigos”, disse a professora, em um trecho de seu registro na obra de Glorinha (ROSA, 1990, p. 68).

No colégio estadual que hoje leva seu nome, Maria Constança abrigou os primeiros cursos da atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi uma das pioneiras da educação pública implementada entre as décadas de 1920 e 1960, em Campo Grande.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou de forma reflexiva os aspectos culturais e a diversidade no território vivido, contemplando algumas mulheres em Mato

Grosso do Sul, que, com suas experiências culturais, sob a perspectiva do desenvolvimento local, demonstraram um ponto de vista da cultura democrática que preservaram, tendo em vista que marcaram a história de Mato Grosso do Sul como mulheres e profissionais de destaque, em momentos diversos da história do estado, divulgando seus conhecimentos, visando encontrar novas possibilidades de apropriação de uma herança artística cultural *sui generis*.

Essas mulheres, a partir de suas atividades, transformaram não apenas suas vidas, mas o território, entrelaçando, com suas vivências, a construção da identidade sul-mato-grossense. Como agentes locais, deram um passo em direção a mudanças nas relações sociais, nos discursos e nas práticas que são, ainda hoje, permeadas pelo machismo e pela suposição da submissão e do papel secundário da mulher, especialmente em um estado que tem uma das maiores taxas de feminicídio do país.

A pesquisa foi realizada por meio de um trabalho científico, mostrando a importância de se divulgar e socializar os conceitos culturais no território, bem como as mulheres que dinamizaram de forma evidente e esclarecedora: a literatura, o teatro, a música, o artesanato e a educação. Na música, por exemplo, destaca-se internacionalmente Helena Meirelles – com o prêmio *Spot Light*, na categoria Revelação do Ano, sendo ela a única mulher entre os cem melhores violeiros do mundo.

Entendemos que, como optamos por citar vários nomes das diversas áreas culturais, deste artigo podem sair mais estudos, focando-se nessas mulheres de forma mais aprofundada. Na ótica do desenvolvimento local, as ações aqui apresentadas objetivam estimular, cada cidadão, a ser um agente local, para que possa oferecer à comunidade oportunidades na aquisição de conhecimentos científicos e tácitos.

## REFERÊNCIAS

- BERNARD, François de. Por uma definição do conceito de diversidade cultural. p. 73. *In*: BRANT, Leonardo (Org.). **Diversidade Cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Escrituras Editora: Instituto Pensarte, 2005, 230 p.
- BITENCOURT, Priscilla. Blanche Torres. p. 84-91. *In*: ROSA, Luiza; VILELA, Moema. (org.). **Vozes do teatro: registro da memória cultural de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: FCMS, 2010. 320 p.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 109.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, 15(2), 2001, p. 73-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 maio 2022.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Em 100 dias, investimentos na Cultura ultrapassam R\$ 2 bilhões. Brasília, DF, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/em-100-dias-investimentos-na-cultura-ultrapassam-r-2-bilhoes> Acesso em: 1º jul. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (1975). **Política Nacional de Cultura**. Brasília, 1975.
- BRITEZ, A. E.; ASSIS, J. H. do V. P. A gênese das instituições de ensino filantrópicas e profissionalizantes no antigo Sul de Mato Grosso: episódios da trajetória de Oliva Enciso. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 23, n. 40, p. 249-272, 2020. DOI: 10.24934/eeef.V23i40.4555. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/4555>. Acesso em: 30 maio 2022.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo, Edusp, 2003, 392 p.
- CANCLINI, Nestor García. **Definiciones não transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- CARDOSO, S. M. V.; MUZZETI, L. R. As dimensões da diversidade cultural brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2007. DOI: 10.21723/riaee.v2i1.451. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/451>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CIA BLANCHE TORRES. **Blanche Torres**. 2020. Disponível em: <https://www.blanchetorres.com.br/sobre-blanche-torres> Acesso em: 30 maio 2022.

CRUZ, Elaine Patrícia. Exposição com obras de Conceição dos Bugres fica no Masp até janeiro. **Agência Brasil**, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/438-exposicao-com-obras-de-conceicao-dos-bugres-fica-no-masp-ate-janeiro> Acesso em: 30 maio 2022.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 2004. 7 ed. 678 p.

DORIA, Lais. **Sobre Lais Dória**. 2022. Disponível em: <https://www.laisdoria.com.br/sobre> Acesso: 30 maio 2022.

FIGUEIREDO, Aline. **Artes Plásticas no Centro-Oeste**. Cuiabá: UFMT/MACP, 1979.

FUNDTUR. **Artesanato**. s. d. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/conhecamos/artesanato/#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20do%20Pantanal%20apresenta,%2C%20bambu%2C%20couro%20e%20bagua%C3%A7u>. Acesso em: 30 maio 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002, 188 p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1064.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL [IPHAN]. A força feminina na preservação e gestão do Patrimônio Cultural. Brasília, DF, 8 mar. 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4020/a-forca-feminina-na-preservacao-e-gestao-do-patrimonio-cultural> Acesso em: 1º jul. 2023.

MORI, Koichi. Tornando-se uma Xamã Étnica Okinawana no Brasil – A Xamanização como um Processo Subjetivo e Criativo de Reculturalização. p. 27-58. In: DANTAS, Sylvia Duarte. **Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012.

LIBNI, Thais. “Sobrevivi. Achei que não conseguiria, mas tive forças”. **Correio do Estado**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/%E2%80%9Csobrevivi-achei-que-não-conseguiria-mas-tive-forças%E2%80%9D/397316> Acesso em: 30 maio 2022.

MAMBERTI, Sérgio. Prefácio. p. 11-24. *In*: CANELAS, A. C. R.; TAVARES, M. (org.). **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. 351 p.

MEDEIROS, Yara. Lais Dória. p. 194-201. *In*: ROSA, Luiza; VILELA, Moema. (org.). **Vozes do teatro: registro da memória cultural de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: FCMS, 2010. 320 p.

MS NOTÍCIAS. **Documentário “Beth e Betinha” pode ser assistido grátis neste Dia Internacional da Mulher**. Campo Grande, MS, 7 mar. 2021. Disponível em: <https://www.msnoticias.com.br/variedades/documentario-beth-e-betinha-pode-ser-assistido-gratis-neste-dia/106274/> Acesso em: 30 maio 2022.

NAVEIRA, Raquel. O intermitente apelo ao coração da poesia. p. 208-219. *In*: ROSA, Maria da Glória Sá; NOGUEIRA, Albana Xavier (Org.). **A Literatura Sul-Mato-Grossense na ótica de seus construtores**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2011. 348 p.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 8 n. 2, 2000, p. 9-41. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460> Acesso em: 1º jul. 2023.

PELEGRINI, Fabio. (org.). **Vozes do artesanato**. Campo Grande: FCMS, 2011. 257 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 270 p.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. Rastros femininos: violência e justiça no sul da província de Mato Grosso no século XIX. p. 67-88. *In*: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; COSTA, Alexandra Lopes da; VIEIRA, Luciana Branco (Org.). **Mulheres na história de Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017. 346 p.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990. 236 p.

ROSA, Maria da Glória Sá; DUNCAN, Idara. **A música de Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2009. 373 p.

RUBIM, Albino. **Políticas Culturais entre o possível e o impossível**. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, 157 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 1985, 120 p.

SARTI, Maria Helena; IBRAHIM, Gabriel; SOUZA, Raquel de. Delasnieve Daspet. p. 118-121. *In*: PELEGRINI, Fabio; SENA, M. F. G. (org.). **Vozes da Literatura**. Campo Grande: FCMS, 2014. 350 p.

SOIHET, R.; SOARES, R. M. A.; COSTA, S. G. A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**. Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30986/18075> Acesso em: 1º jul. 2023.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo. Conceição dos Bugres. p. 16-19. *In*: PELEGRINI, Fabio. (org.). **Vozes do artesanato**. Campo Grande: FCMS, 2011. 257 p.

TEIXEIRA, Rodrigo. **Os pioneiros: A origem da música sertaneja de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. 1. ed. 2009.

TYLOR, E. B. **Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom**. London: John Murray, 1871.

UNESCO. **Anteprojeto da Convenção sobre a Proteção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas**. CLT/CPD/2004/CONF.201/2, Paris, julho de 2004.

UNESCO. **Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural**. Paris, 2 nov. 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

**RECEBIDO EM: 12/09/2022**

**PARECER DADO EM: 23/11/2022**